

ENSINO INSTITUCIONALIZADO E DESIGUALDADES SOCIAIS: ENLACES E DESENLACES

Sandra Maria de Carvalho Amaral

A problemática que envolve a desigualdade social no Brasil, situação recorrente e tema de destaque nas agendas governamentais, incorpora em seu dimensionamento, dentre outras questões, aspectos vinculados à Educação. De geração em geração, no seio das famílias menos abastadas, o discurso que se consolida em prol de uma eventual ascensão social é o de que oportunidades surgem por meio do estudo e da formação acadêmica. Seria, portanto, o ensino institucionalizado o caminho para se superar a grande desigualdade social existente no país, ou o caminho para perpetuá-la?

Responder a esta pergunta não é tarefa de fácil execução. Requer ampla reflexão sócio-histórica sobre o papel desempenhado pela educação, ensino e escola a partir de um projeto político e pedagógico assumido mundo afora desde a Idade Moderna até os dias de hoje (BOTO, 2003). Do ponto de partida ao de chegada sempre haverá um movimento pendular entre o superar e o perpetuar desigualdades sociais constitutivas das sociedades ocidentais contemporâneas.

Em primeiro lugar, faz-se necessário refletir sobre os construtos educação, ensino e escola que, por vezes, são utilizados indiscriminadamente orientando discussões sobre o tema ensino institucionalizado e desigualdade social por caminhos antagônicos. Também não devem ser desconsiderados os possíveis matizes que este tripé pode assumir, sendo utilizados pelas autoridades competentes do país na defesa deste ou daquele sistema educacional, que poderá reforçar este ou aquele tipo de saber, cuja finalidade poderá ser atender aos anseios das forças produtivas e expectativas de mercado, sistemas políticos e ideológicos, a preservação de valores culturais, ao reforçar estruturas de classes sociais constituídas, ou agir em prol a mudanças e transformações (BRANDÃO, 2007).

Assim, desde os primórdios das civilizações a partir de uma retrospectiva histórica, o que se depreende é que educação se refere a uma prática social que perpassa diferentes culturas e as mais diversas conformações societárias, atendendo a certas exigências, princípios e controles sociais. Pode incorporar distintos modos de ensino, de institucionalização e se voltar para as mais diversificadas finalidades. Em princípio, assume a função de endoculturação, qual seja, a de garantir a transmissão do saber, das crenças e dos hábitos praticados pela comunidade

onde está inserida, garantindo em alguma medida a manutenção da estratificação social ali existente. Eventualmente, pode ser promotora de mudanças e transformações que advenham, sobretudo, de interesses sociais, políticos e econômicos (BRANDÃO, 2007).

Ensino e escola, da forma como se conhece nos dias de hoje, desde a Idade Moderna se consolidam na cultura ocidental a partir da implementação do chamado ensino formal, quando o ato de educar passa a incorporar uma teoria própria, qual seja, a pedagogia. Institucionaliza-se, pois, a educação enquanto tarefa de transmissão de conhecimento especializado; de consolidação cultural. O que era livremente realizado no âmbito das mais diversas conformações societárias passa a ser praticado a partir de normas e regras institucionalizadas, em tempos e espaços definidos, por meio de pessoas credenciadas (BRANDÃO, 2007).

Desse modo, a partir de convenções e tipicidades que cria, a escola se torna cultura, assumindo o controle na transmissão do conhecimento e apropriação de saberes. A educação, e tudo o que dela advém, assume caráter político por meio da estruturação do chamado Projeto Político Pedagógico. Exacerba-se dentre as suas muitas funções aquela que se volta à formação de novas gerações, na garantia da perpetuação de hábitos, crenças e valores culturais (BOTO, 2003).

Em nossa contemporaneidade, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico nas sociedades ocidentais, a educação formal passa a ser considerada um investimento, e o binômio ensino/escola volta-se, prioritariamente, para a formação de mão de obra que possa atender às necessidades e exigências do mercado, característica intrínseca do modo de produção capitalista (BRANDÃO, 2007).

No Brasil, populações marginais depositam esperança e criam grandes expectativas sobre o ensino institucionalizado. Vislumbra-se, a partir da educação escolar formal e obrigatória, o credenciamento para uma eventual ascensão social. O ensino institucionalizado, principalmente o ofertado pelo Estado, seria, então, o caminho para mitigar a grande desigualdade social existente e persistente no país. Entretanto, a esse propósito, Tunes e Pedrosa (2007) advertem para o complexo movimento dialético entre inclusão/exclusão escolar e exclusão/inclusão social, bem como para o entrelaçamento destas duas dimensões; escola e sociedade, frustrando a grande expectativa que ainda se cria em torno do ensino institucionalizado, especialmente o de natureza pública no caso brasileiro.

Essas autoras chamam a atenção para o fato de que a escola não é local excluído do contexto histórico sociocultural a que pertence e, portanto, não pode ser compreendida ou idealizada isoladamente. Há que se considerar, conforme Tunes e Pedroza (2007) apontam, pelo

menos as cinco dimensões da vida humana identificadas por Escorel (1998), quais sejam: o mundo do trabalho; o ambiente familiar; o cenário político, representado pelos direitos e deveres dos cidadãos; a constituição de identidades e subjetividades que se configuram a partir das relações sociais desenvolvidas; e a própria existência humana traduzida na palavra vida.

Para Tunes e Pedroza (2007), a padronização do ensino que se estabelece no âmbito escolar, com metas uniformizadas a serem alcançadas pelos alunos, consideradas essenciais para se consolidar resultados vistos como sendo ideais, sem um crivo crítico sobre sua pertinência ou não para contextos específicos advindos das características inerentes ao país, cria e fortalece a exclusão social por meio da inclusão escolar.

Essa assertiva nos remete à medicalização da vida e as muitas iatrogenias daí advindas, conforme Illich (1975) tão bem identifica. Os indivíduos, independentemente da classe social a que pertencem, assumem um lugar de invisibilidade social e delegam às instituições autonomia e poder mandatário sobre a vida. Do mesmo modo, aqueles que ocupam as classes sociais menos abastadas e demandam mudanças e transformações sociais substantivas se voltam ao ensino institucionalizado como sendo a única possibilidade de ascensão social, o que reforça o cenário de institucionalização da sociedade consolidado desde o século XVIII, cuja preponderância homogeneizante despersonaliza o sujeito e o desconecta do cenário a que pertence (FOUCAULT, 2004a e 2004b).

Portanto, promover mudanças que evocam a redução das desigualdades sociais envolve muito mais que o acesso ao ensino institucionalizado. Requer o rompimento com essa lógica social estabelecida no mundo desde o século XVIII. Passa pelo questionamento crítico a respeito de mitos valorativos atribuídos às instituições; neste caso em particular, ao tripé educação, ensino e escola. Por outro lado, motiva a busca por alternativas educacionais que, para além do binômio ensino/escola, possam efetivamente atribuir à educação uma de suas finalidades mais nobres que é a de libertar por meio do saber.

REFERÊNCIAS

BOTO, C.. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, Dez. 2003.

BRANDÃO, C. R.. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, M.. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004.

_____. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004b.

ILLICH, I. **A Expropriação da Saúde: Nêmesis da medicina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

TUNES, E.; PEDROZA, L.P.. O Silêncio ou a Profanação do Outro. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, n.8, p. 16-24, Fev. 2007.